

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito, DOURADOS, Matutino (2017) - 5ª Série

Professor: ELIOTÉRIO FACHIN DIAS

Disciplina: Direito Internacional Público e Privado - Turma "U"

Carga Horária: 102 h

Período Letivo: 02/2022 a 12/2022

Ementa:

Origens. Noções gerais: Conceitos; Características, Princípios. Fontes do Direito Internacional. Direito dos Tratados; Sujeitos do Direito Internacional: Estado, Organizações Internacionais, Coletividades Não Estatais; Indivíduos; Domínio Público Internacional. Proteção Internacional dos Direitos Humanos; Conflitos Internacionais; Cortes e Tribunais Internacionais; Direito à Paz. Direito Internacional Privado: LICC; Elementos de conexão. Processo Internacional; Contratos Internacionais; Mecanismos de solução de controvérsias; Prestação de alimentos no âmbito internacional.

Objetivo:

- Apresentar ao aluno os fundamentos do direito internacional contemporâneo, as diferentes teorias e as principais decisões dos fóruns internacionais de solução de conflitos;
- Possibilitar a compreensão dos ramos do direito internacional público e privado, e as múltiplas realidades do direito internacional dos direitos humanos, humanitário ou econômico.

Conteúdo:

I - HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL

1. Direito público externo e as cidades da Ellade; Jus gentium; Contribuição dos fundadores do direito internacional; Ordenamento econômico multilateral: Acordos de Bretton Woods.

II - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Sociedade e comunidade internacional no século XXI; Conceito, denominação e divisões; Relações entre direito interno e direito internacional: Teorias monistas e dualistas; Fundamentos: doutrinas voluntaristas e objetivistas.

2. Fontes do Direito Internacional: Fontes primárias, fontes materiais e formas; tratados internacionais, costume internacional; princípios gerais de direito internacional; Meios Auxiliares e novas fontes: Jurisprudência; doutrinas, analogia e equidade; atos unilaterais.

3. Direito dos tratados: Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados; Conceitos; Terminologia; Classificação dos tratados; Formação dos tratados; Reservas; Registro e publicidade; Observância e aplicação; Interpretação; Efeitos perante terceiros; Anulabilidade e nulidade; Vigência contemporânea e diferida; Extinção.

4. Personalidade Jurídica Internacional: Estados: Conceitos e elementos constitutivos; Formação; Reconhecimento de Estado e de governo; Classificação; Extinção; Domínio terrestre; Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais; Prerrogativas e imunidades diplomáticas.

5. Organizações internacionais: Conceito; Características; Classificação; Organização das Nações Unidas; Organizações regionais e supranacionais; Organização dos Estados Americanos.

6. Coletividades não estatais: Belligerentes; Insurgentes; Movimentos de libertação nacional; Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Soberana Ordem de Malta; Cruz Vermelha Internacional; Sujeitos não-formais: empresas transnacionais; Organizações não-governamentais.

7. Os indivíduos e o Direito Internacional: Nacionalidade: Jurisdição do Estado; Conceito de nacionalidade; nacionalidade e cidadania; nacionalidade originária e adquirida; Nacionalidade de origem; Aquisição da nacionalidade; Nacionalidade brasileira: brasileiros natos e brasileiros naturalizados; Perda da nacionalidade; Estatuto da igualdade entre brasileiros e portugueses.

8. Condição jurídica do estrangeiro: Conceito de estrangeiro; Admissão do estrangeiro no território nacional; Títulos de ingresso dos estrangeiros; Direitos dos estrangeiros; Vistos; Deportação; Expulsão. Extradicação. Asilo territorial e diplomático; Refúgio.

9. Domínio Público Internacional: Águas interiores; Mar territorial; Zona contígua; Zona Econômica Exclusiva; Plataforma continental; Rios internacionais; Estreitos e Canais; Alto-mar; Liberdade de navegação e sobrevôo; Espaço aéreo e extra-atmosférico; Ártico e Antártica.

10. Direito Comunitário: Formas de integração; União Européia; Mercosul; Características; Elementos institucionais.

11. Conflitos internacionais: Soluções pacíficas; Meios diplomáticos, políticos, semi-judiciais; judiciais; sanções e meios coercitivos; Guerra: Definição; Proibição; Leis da guerra; Legítima defesa; Crimes de guerra; Cortes internacionais.

12. Responsabilidade internacional: Conceito; Características; Elementos constitutivos; Natureza jurídica; Órgãos internos e responsabilidade internacional; Excludentes; Meios de reparação.

13. Tribunal Penal Internacional: Estatuto de Roma; Precedentes históricos; Estrutura e funcionamento; Competência material; Antinomias.

III - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Direito Internacional Privado brasileiro: Fontes; Conflitos de leis no espaço; Normas indiretas. Elementos de conexão; Qualificação prévia; Reenvio. Prova; Interpretação. Aplicação. Exceções à aplicação; Considerações sobre a LINDB (DL 4.657/1942).

2. Processo internacional: Competência jurisdicional; Cartas rogatórias; Homologação de sentenças estrangeiras.

3. Contratos internacionais: Princípios; Revisão e rescisão; Elementos; Contratos de comércio internacional; Conflitos de lei; Cláusulas.

4. Métodos de solução alternativa de controvérsias: Arbitragem e Poder Judiciário; Homologação das sentenças arbitrais; Procedimentos.

Metodologia:

1. Aulas presenciais

1.1 Aulas expositivas e interativas.

Utilização Powerpoint (Data-show). Leitura e discussão de textos jurídicos. Estudo de casos. Filmes ou trechos de filmes. Seminário. Painel. Mesa redonda. Trabalhos individuais e em grupo: esquemas, resumos, relatórios, fichamentos. Realização de pesquisa jurídica. Elaboração de textos e artigos jurídicos, e apresentação de Seminários (individuais ou em grupo).

1.2. Será utilizado o Sistema Moodle (EaD), além de outros aplicativos (Google.Meet, Microsoft Teams, WEBConf, etc.), com acompanhamento das atividades, debates e discussões de textos jurídicos e seminários.

2. Aulas e atividades não presenciais

2.1. Nesse caso, as atividades consistirão em leituras de textos, artigos jurídicos, resenhas, filmes, livros ou revistas especializadas, com respostas a questionários, elaboração de esquemas, fichamentos, resumos, resenhas e/ou artigo, conforme definido previamente.

2.2. O professor definirá previamente a pontuação e a carga horária de cada atividade, bem como as datas para entrega/apresentação, que serão estabelecidas com antecedência mínima de sete (7) dias.

2.3. Nas respectivas datas, as atividades deverão ser entregues/encaminhadas, impressa, por via e-mail, Sistema Moodle/EaD, ou outro aplicativo previamente definido pelo professor.

Bibliografia:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEL´OLMO, Florisbaldo de Souza. Direito Internacional Privado, 12. ed., Editora Forense, 2017.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 9ª ed. São Paulo: RT, 2015.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: Curso elementar. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VARELA, Marcelo D. Direito Internacional Público. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

WALTER, Rechsteiner Beat. Direito Internacional Privado. Teoria e Prática. 18. ed. São Paulo:Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. Direito Internacional Privado. 15ª Ed. São Paulo: Forense, 2020.

GUERRA, Sidney Cesar Silva. Curso de Direito Internacional Público. 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MACHADO, Fernando. Comentários à Lei de Migração. Bauru SP: Spessoto, 2019.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 14ª Ed. São Paulo: Forense, 2021.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira Curso de Direito Internacional Privado. 5ª Ed. São Paulo: Forense, 2021.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. 13ª Ed. Belo Horizonte: Juspodium, 2021.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direito Internacional Privado 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado Teoria e Prática. 21ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2022

Critérios de Avaliação:

AVALIAÇÕES REGULARES:

1.1 Será aplicada, no mínimo, duas provas escritas, realizada em data previamente definida, com questões objetivas e/ou dissertativas, valendo de zero a dez pontos.

1.2 Serão utilizados, ainda, outros meios de avaliação, tais como: trabalhos individuais e em grupo: pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, debates, confecção e discussão de textos jurídicos e situações-problema, fichamentos, seminários, esquemas, resumos, relatórios, etc.

1.3 Será considerado aprovado de forma direta, o aluno que tiver aproveitamento com Nota Média Final igual ou superior a seis, resultante da média das notas de avaliação, além de atender os requisitos mínimos de freqüência exigidos.

2. AVALIAÇÃO OPTATIVA:

Após a conclusão do programa - carga horária e avaliações - será aplicada, no último dia letivo, uma prova escrita optativa, com questões objetivas e/ou dissertativas, com o conteúdo total do ano letivo, independente da nota que o aluno pretenda substituir, valendo de zero a dez, que substituirá, se superior, a menor nota do aluno.

3. EXAME FINAL:

O aluno que, tendo freqüência igual ou superior a 75%, e tiver alcançado média igual ou superior a três e

inferior a seis, deverá submeter-se a exame final obrigatório, em data determinada pela coordenação do curso, conforme calendário acadêmico, de forma escrita, com questões objetivas e/ou dissertativas, valendo de zero a dez pontos, que englobará todo o conteúdo ministrado no ano letivo.

JOAQUIM CARLOS KLEIN DE ALENCAR

Coordenador de Curso

ELIOTÉRIO FACHIN DIAS

Professor